

ATA Nº 11

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Sara Cristina Santos, em substituição de Bruno Miguel Alves Pacheco, Carmina Maria dos Santos Lopes, Cecília Bibiana Martins da Silva, David Manuel da Rocha Santos, Diogo Alexandre Lages Augusto, António José Valpaços Magalhães, em substituição de Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alicio Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Graciano Sebastião Cardoso Martinho, Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição de Joana Daniela Baldaia de Resende, Cristina Alexandra Coelho, em substituição de Joana Patrícia Fonseca Cardoso, João Pedro Serra Soares Forte, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Filipe Ramos Fernandes, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos

25.FEV.2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Olinda Soares de Moura, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rosa da Glória Cardoso Gomes, Telmo Afonso da Mota Viana, Tiago Margarido Silva Carvalho, Valentina Sanchez Silva e Vítor Cândido Coelho Guerra. -----

----- Por inerência, estiveram presentes os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Deocleciano Carvalho, em representação de Francisco Alves Laranjeira (Baguim do Monte); Rui da Mota Correia (Lomba); Nuno Filipe Brito da Fonseca (Rio Tinto); Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira (União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova); Isidro Ferreira de Sousa (União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo); Felisberto Ribeiro de Almeida, em representação de António José Ribeiro Braz (União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Manuel José Santos Paiva (União das Freguesias de Melres e Medas). -----

----- Verificou-se a ausência do Senhor Deputado Mário da Rocha Gonçalves. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2019 (2ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR

- A.** Período de Antes da Ordem do Dia
- B.** Período da Ordem do Dia
 - 1.** Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha – Reinício das funções na Assembleia Municipal - Para conhecimento
 - 2.** Discussão e votação da ata da sessão de 10-12-2018
 - 3.** Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - a)** Transferência de competências no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos e no domínio da cultura
 - b)** Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Gondomar
 - c)** “Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação da dívida à EDP”
 - d)** “Construção do Percurso da Via Nordeste - Ligação de Rebordãos (EN 12-1) à Rua da Granja” - Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias, atribuição de carácter urgente e posse administrativa
 - e)** “Construção do Percurso da Via Estruturante Norte/Sul – Ligação entre a Rua das Donas e Rebordãos (antiga EN 12-1) – Rio Tinto/Baguim do Monte” - Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias, atribuição de carácter urgente e posse administrativa
 - f)** Aquisição de serviços de revisão oficial de contas (Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas) - Nomeação do auditor externo
 - g)** Mapa dos Fluxos de Caixa e Revisão Orçamental

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

- h) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno sita na Travessa do Pinheiro Manso, em Foz do Sousa
 - i) Terrenos – Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita na Rua Campo da Roda, em Fânzeres
4. Conselho Cinegético Municipal de Gondomar – Eleição de um autarca de Freguesia
 5. Associação Nacional de Assembleias Municipais – ANAM
 6. Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto – Plano de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento de 2019 – Para conhecimento
 7. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (dezembro de 2018 e janeiro de 2019).
- C. Período de Depois da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
(Aníbal Jaime Gomes Lira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- FELISBERTO ALMEIDA, representante do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim – Pedi para falar em primeiro lugar, porque estou aqui em representação do Senhor Presidente da Junta António Bráz, que faleceu ontem a mãe e pedia que fosse feito um minuto de silêncio. -----

----- Foi cumprido um minuto de silêncio em memória da mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- NUNO FONSECA, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto – Pedi a palavra no momento oportuno, porque era para pedir que estendêssemos ao pai da nossa colega da Assembleia Leonor Ferreira, que também morreu há poucos dias, agora é inoportuno. -----

----- PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – A mesa não tinha conhecimento, mas vamos também fazer um minuto de silêncio pelo pai da Senhora Deputada. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- FELISBERTO ALMEIDA, representante do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim – Leu e entregou documento, sobre “Parque Urbano de S. Cosme – Metro Gondomar”, que adiante segue. -----



25.FEV.2019

PARQUE URBANO DE S. COSME - METRO GONDOMAR

Vale a pena sonhar, projectar e perseverar nas grandes causas; é o que me sugerem os (importantes) primeiros passos, concretos e definidos, para a realização de dois anseios, tendentes ambos a transformar a face do nosso concelho.

Aberto o procedimento para expropriação dos terrenos, estará no horizonte o Parque Urbano de São Cosme, e uma profunda melhoria na qualidade de vida dos gondomarenses e dos que nos visitam.

Ambiente, sustentabilidade, lazer na natureza, actividades ao ar livre, biodiversidade, beleza, eis o que o futuro Parque nos irá proporcionar.

Integrado numa já importante e em alargamento rede de grandes espaços verdes públicos em todo o município, é de assinalar que em Gondomar não se fala de Ambiente da boca para fora— realiza-se e faz-se o necessário e até o que alguns julgaram impossível.

Louve-se a Câmara Municipal e o seu Presidente Marco Martins pelo trabalho bem feito.

Assinale-se a lucidez das forças políticas que ajudaram a viabilizar este início de uma realização essencial.

O equilíbrio urbano do território, a saúde das populações, a valorização de um espaço até agora inútil, a isto se chama «fazer cidade» e melhorar a vida de todos.

O Metropolitano, desde a zona oriental do Porto, passando por Valbom até ao centro de Gondomar, servindo afinal grande parte do concelho para além do território da união de freguesias a que presido, é outro sonho prestes a tornar-se real e que quero assinalar aqui.

Com efeito, a Metro do Porto anunciou para breve a elaboração dos estudos necessários para que este meio de transporte venha a servir Gondomar e todos os que aqui vivem e trabalham. Não se trata de coisa pequena— deste gesto há-de resultar uma relevante modificação na vida dos gondomarenses, com efeitos diluídos no tempo no plano da mobilidade, do urbanismo e do ambiente e qualidade de vida, assim como na economia.

É da mais elementar justiça atribuir boa parte deste resultado ao nosso Presidente da Câmara, Marco Martins, e à forma inteligente e insistente como conduziu o posicionamento do Município a respeito desta antiga vontade dos gondomarenses.

Quando se trata do futuro, e dos elementos decisivos para que se conceba um futuro melhor, não pode haver hesitações nem fixações em ideias do passado. Isto foi compreendido pelo Presidente da Câmara que nunca deixou que o assunto ficasse no purgatório das gavetas ou no rol das promessas de ocasião, exercendo com firmeza a liderança deste projecto.



25.FEV.2019

No momento em que o sonho se começa a divisar para além do desejo e da intenção, é preciso saudar este esforço e esta visão larga que Marco Martins corporizou em nome dos munícipes que efectivamente serve como autarca.

Esta decisão foi antecedida já por declarações do ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, encarregando a Metro do Porto da elaboração dos estudos indispensáveis para a construção desta linha.

Momentos há em que a importância de um projecto, de uma grande obra, pelo impacte que terá não apenas no momento da sua concretização mas nas próximas décadas, necessariamente ultrapassa a dimensão partidária e até as conjunturais maiorias políticas, municipais ou nacionais. Pois bem, parece-me que este é um desses momentos.

Significa isso que o apoio, o reforço do consenso para dar força e a possível celeridade ao assunto, deve ser preocupação de todas as forças políticas e sociais do município, sem excepção.

Recordo aqui a história do que foi a luta, longa e complexa, para que o Metropolitano do Porto pudesse ser realidade.

Muitos foram os detractores, os maledicentes, os críticos de café, e analistas de sofá, daqueles que tudo denigrem e corroem, dos que nada querem realmente construir e mudar.

Foi a tenacidade e liderança de homens como Vieira de Carvalho e Fernando Gomes que permitiram— no início bastante desacompanhados— levar o barco a bom porto, ou melhor, o metropolitano aos carris onde hoje o podemos ver.

De partidos diferentes, com diversa sensibilidade política, certo é que juntos puderam, com outros, protagonizar uma das mais significativas e relevantes transformações verificadas nesta área metropolitana.

Aproveitando o exemplo no tempo presente: poderá uma força política que já governou este município e porventura almeje voltar a ter dos eleitores essa honra, assumir uma posição cínica, abstencionista ou obstrucionista em relação a projectos desta magnitude?
Com certeza que não.

Que nos motive a união pelo bem comum— inspiradora da política com grandeza, em prol da comunidade e de um futuro mais promissor e equilibrado para as populações que servimos.

25/2/2019

António Prag

Felipe Ribeiro de
Almeida

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- NUNO FONSECA, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto – Na última semana temos tido um assunto que está na ordem do dia, que tem a ver com o desvio de um conjunto de autocarros do centro do Porto para o Dragão. Como sabem, esta posição da Câmara Municipal do Porto de forma isolada e sem prévia informação ou discussão com outras entidades, quer com as autarquias, quer com as empresas de transportes públicos, quer também, como foi várias vezes divulgado na comunicação social, com a Área Metropolitana do Porto, foi alvo de forte contestação, quer da Junta de Freguesia de Rio Tinto, quer da Junta de S. Cosme, da Junta de S. Pedro da Cova e Fânzeres, quer por parte da Câmara Municipal de Gondomar, quer de uma forma não só municipal, mas também através da Área Metropolitana do Porto, pela representação e pela responsabilidade que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gondomar tem. Acho que é importante todos nós referirmos, de que isto é um ato da Câmara Municipal do Porto que lesa gravemente o bem-estar, a cidadania, a deslocação de todos aqueles que fazem com que o Porto seja a cidade que é, estamos perante uma visão pequenina de um Concelho que olha apenas para o seu Concelho, quando sabemos que o Porto deve ser a capital de uma metrópole de uma grande região. Ainda hoje ouvi dizer, relativamente a Lisboa, a defenderem a marca Lisboa e que aos turistas deverá ser vendido a marca Lisboa e não a marca Barreiro, ou outra coisa. No Porto temos uma visão contrária e o Senhor Presidente da Câmara do Porto, esquecesse que o Porto é o que é, fruto de todas as pessoas que moram nos concelhos à volta e que diariamente se deslocam para trabalhar no Porto, para conviverem, para fazerem do Porto aquilo que ele é. O que devemos referir e tomar como ponto de ordem, é que de facto houve uma atitude, quer da Câmara, quer das

25.FEV.2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

autarquias, que não foi possível demover a Câmara Municipal do Porto, acho que isso vai ter implicações profundas e não é pela questão do Dragão, porque o Dragão é uma questão secundária, ninguém vai fazer transbordo, os autocarros vão chegar ao Dragão já vazios, as pessoas não vão para o fim da linha para fazer transbordos. O que é de ressaltar e a Câmara Municipal de Gondomar tem que ter uma posição sobre isso, é que de facto há um desrespeito total por toda a gente que faz com que o Porto seja aquilo que é. Esta visão pequenina, do que deve ser uma grande metrópole e esta vontade do quero, posso e mando e não tenho que falar com mais ninguém, isto é o que deve ser ressaltado aqui hoje, que esta Assembleia Municipal esteja solidária com a luta que fizemos e que vamos ter de continuar a fazer. -----

----- VITOR GUERRA (VALENTIM) – Este período de antes da ordem do dia tem sido utilizado por diversas vezes para se discutir questões, que não é que tenham interesse, mas no fundo situações inócuas que são uma perda de tempo. Quero manifestar a nossa solidariedade com a posição do Município, no que se refere aos transportes na entrada da cidade do Porto, também saudar uma proposta do CDS no sentido de levantar alguns problemas de circulação dentro do nosso próprio Concelho que esperamos que a Câmara Municipal também as tenha em atenção e também solicitar à Câmara Municipal que informe a Assembleia Municipal se será feita ou não uma auditoria ao cumprimento do contrato das Águas de Gondomar. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Referiu-se ao aumento das rendas da habitação social e entregou uma proposta de recomendação de “Suspensão do aumento das rendas e a criação de Regulamento de Gestão da Habitação Pública”, que adiante segue. -----

25.FEV 2019

*Rejeitado
com 21 votos contra do p/s
e 10 abstenções
(União, P/SJ e CDU)*

CDU

Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar
gondomar.cdu@gmail.com

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

**SUSPENSÃO DO AUMENTO DAS RENDAS E CRIAÇÃO DO REGULAMENTO DE GESTÃO
DA HABITAÇÃO PÚBLICA**

De acordo com a alínea h) do nº 1 do Artigo 5º do Capítulo II do Regimento da Assembleia Municipal de Gondomar, compete a este Órgão “Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município”. Ora, a 2 de agosto de 2017, a Câmara Municipal de Gondomar aprovou, por maioria, o “**Projecto** de Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Gondomar”, submetido de seguida a consulta pública, sem nunca ter voltado ao respectivo órgão executivo nem, posteriormente, submetido à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Refere ainda o nosso Regimento, no nº 2 do Artigo e Capítulo citados, que esta não é das áreas em que está vedada a esta Assembleia a possibilidade de alterar a proposta da Câmara.

Considerando que, tal como indica esse **Projecto** de Regulamento aprovado a 2 de Agosto, a Lei 32/2016 procede à primeira alteração à Lei 81/2014 que «estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei nº 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis nºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio», e visa criar uma maior justiça social;

Considerando que o nº 4 do Artigo 2º da Lei 32/2016 estabelece que “no quadro da autonomia das regiões autónomas e das autarquias locais, podem estas aprovar regulamentação própria visando adaptar a presente lei às realidades física e social existentes nos bairros e habitações de que são proprietárias” e nº 5 do mesmo artigo que “o disposto no número anterior não pode conduzir à definição de normas regulamentares menos favoráveis para os arrendatários, quer quanto ao cálculo do valor de rendas, quer quanto às garantias de manutenção do contrato de arrendamento”;

Considerando que, quer a Lei 32/2016 – aprovada na actual legislatura – quer os projectos de lei em discussão na Assembleia da República, têm um sentido geral de garantir condições mais favoráveis para os arrendatários;

Considerando que muitos dos moradores da habitação social do município de Gondomar foram confrontados no ano passado com aumentos exorbitantes das suas rendas, a ter continuidade em 2019 e 2020;

Considerando que, em dezembro passado, várias Assembleias de Freguesia, nomeadamente, S. Cosme, Valbom e Jovim, Rio Tinto, Fânzeres e São Pedro da Cova aprovaram propostas de recomendação à Câmara Municipal no sentido de suspender o aumento das rendas e sugerindo a criação de um regulamento de gestão da habitação pública;

Os eleitos da CDU propõem, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do Artigo 18º do Capítulo IV do Regimento da Assembleia Municipal de Gondomar, que este Órgão recomende à Câmara Municipal:

1. A adopção de uma solução técnica e política que retome o valor das rendas praticado antes da notificação dos arrendatários;
2. A suspensão do processo do aumento das rendas em 2019 e 2020;
3. A elaboração, discussão e aprovação de um Regulamento de Gestão da Habitação Pública, tendo em conta as possibilidades abertas pela Lei 32/2016, nomeadamente no seu Artigo 2º, de acordo com a realidade do concelho e de forma a se atingirem níveis de maior justiça e de garantia do direito à habitação.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2019

O Grupo Municipal da CDU,

Miguel Vieira
Pedro Miguel Vieira

Paula Brilhante
Cristina Coelho



25.FEV.2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VALENTINA SANCHEZ (PSD) – “Inicio a minha intervenção com uma triste constatação da Assembleia passada, após horas de trabalho por parte dos grupos de trabalho dos partidos políticos, após horas de Assembleia, a preocupação demonstrada por parte da oposição, este executivo não se dignou a dirigir uma única palavra aos quarenta membros desta Assembleia Municipal, sobre a descentralização de competências. Posto isto e apesar do executivo não respeitar o nosso trabalho, nós vamos continuar a cumpri-lo. -----

----- Passando ao segundo ponto, Senhor Presidente do executivo, dado o seu anúncio público na reunião de Câmara e subsequente comunicado aos órgãos de comunicação social, no qual pede carta branca para se manter à frente da coordenação metropolitana dos transportes e considerando que tinha como data limite para dar a respetiva resposta, a passada sexta feira em reunião do Conselho Metropolitano, questiono o Senhor Presidente se realmente conseguiu o pretendido ou se entregou a sua demissão? -----

----- Senhor Presidente, questiono também se tem a noção que uma deslocação em Gondomar, em média, tem uma extensão e duração muito superior às restantes da Área Metropolitana do Porto, e sobre o Metro? Afinal o que é que o Senhor Presidente quer em relação ao Metro para Gondomar? Abandona a possibilidade de terminar uma ligação Fânzeres/S. Cosme, na nossa opinião de forma precoce e agora surge uma possível ligação sobre S. Cosme/Valbom/Campanhã/Dragão, a questão é, este executivo quer o quê? De que nos serve ter um Presidente do executivo, que é coordenador dos transportes da Área Metropolitana do Porto, se Gondomar não consegue impor a sua vontade, nem no acesso à cidade do Porto, nem na ponte para Vila Nova de Gaia, afinal serve-nos de quê?”. -----

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou uma intervenção, que adiante segue. -----

25.FEV 2019



Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar
gondomar.cdu@gmail.com

Período de Antes da Ordem do Dia

~~Proposta de Recomendação Suspensão do aumento das rendas e criação de~~
~~Regulamento de Gestão da Habitação Pública~~ *Intervenção*

No último quadrimestre de 2018, os moradores dos Bairros Sociais de Gondomar receberam correspondência do senhorio (CMG) relativa à atualização dos valores das rendas. Essas cartas, para muitos dos moradores, foram portadoras de más notícias: aumentos (em muitos dos casos exorbitantes) das rendas. Muitos desses moradores até estariam disponíveis para actualizar o valor das suas rendas, mas estão justamente indignados, revoltados contra os aumentos que foram alvo e com a forma como ocorreu todo esse processo.

Foi neste cenário que a CDU, não podendo ficar indiferente e sabendo que não é clara a forma como a Câmara Municipal de Gondomar aplicou estes aumentos (em muito dos casos escandalosos), elaborou um abaixo-assinado pela suspensão deste aumento das rendas na habitação social do concelho de Gondomar.

Durante os últimos meses, eleitos da CDU estiveram junto dos moradores destes conjuntos habitacionais e recolheram cerca de 1400 assinaturas. Cada assinatura é um ato de coragem, já que o arrendatário ao colocar o nome está, obviamente, a manifestar desagrado contra a atitude do senhorio – a CMG. Mas estas assinaturas significam muito mais, são o “rosto” da revolta de pessoas que têm poucos rendimentos mensais e que com estes aumentos - repetimos que em muitos casos exorbitantes - não sabem como gerir o orçamento familiar.

Não, não vamos esquecer a indignação e a revolta destes moradores. As cerca de 1400 assinaturas serão entregues ao executivo municipal. Sim, é o senhorio, é a CMG, presidida pelo Dr. Marco Martins que tem a solução para o problema destes habitantes. Os moradores dos bairros sociais de Gondomar não são rostos anónimos, são pessoas que se sentem injustiçadas.

A CDU vai continuar a lutar junto destas populações para que este processo seja suspenso e os custos com as rendas sejam de acordo com os rendimentos familiares.

Gondomar, 25 de fevereiro de 2019

Os eleitos da CDU

CDU - Coligação Democrática Unitária
Leal da Blávia Silva

Cristina Coelho

PCP-PEV



13

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PEDRO VIEIRA, Presidente da Junta da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Dizer que como Presidente da Junta de Fânzeres e S. Pedro das Cova, tenho uma preocupação com esta situação das rendas e como tal compreendo a revolta que gerou nas pessoas. Diariamente somos contactados pelas populações, a injustiça que está a ser feita a algumas pessoas e não podemos ficar calados perante esta situação. Há uma falta de investimento e não é de agora nas habitações, estão em más condições para serem habitadas, os moradores estão descontentes e a prova disso foi na reunião pública de outubro, realizada em S. Pedro das Cova, estavam presentes muitos moradores dos bairros sociais de S. Pedro da Cova. O que vimos dizer publicamente é que esta Assembleia assuma também o que foi feito e que foi votado nas Assembleias de Freguesia, em Fânzeres e S. Pedro da Cova, foi votado por unanimidade e também fazer um apelo ao bom senso e ao pragmatismo necessário em defesa das populações. -----

----- SARA CRISTINA SANTOS (BE) – Apresentou e entregou uma moção, “Pelo reforço da prevenção e combate à violência de género”, que adiante segue. -----

25.FEV 2019

MOÇÃO

PELO REFORÇO DA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÉNERO

O combate à violência de género é um dos maiores desafios das nossas sociedades. Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1.000 crianças ficaram órfãs.

Apesar da violência doméstica ter sido considerado crime público há já 18 anos, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização, apesar de todas as denúncias, o crime de violência contra as mulheres continua a ter uma prevalência inaceitável.

Em 2018, foram registadas pelas autoridades policiais 29.734 participações do crime de violência doméstica. E apenas neste início de ano de 2019 foram já assassinadas 10 mulheres e uma criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. A gravidade da situação exige, também das autarquias locais, uma intervenção mais decidida. Quantos municípios já concretizaram as orientações dos sucessivos Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica? Poderá aceitar-se que apenas um terço dos municípios tenham aderido à Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica?

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em 25 de fevereiro de 2019, delibera:

- 1. Saudar todas as iniciativas que nas últimas semanas, ocorreram por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência de género e as que terão lugar no próximo dia 8 de Março;**
- 2. Instar as entidades públicas que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva, concretizando, entre outras medidas, a adequação da legislação penal à Convenção de Istambul e estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação;**
- 3. Recomendar ao Executivo municipal que aprofunde e concretize um Plano de Prevenção e Combate à Violência sobre as Mulheres.**

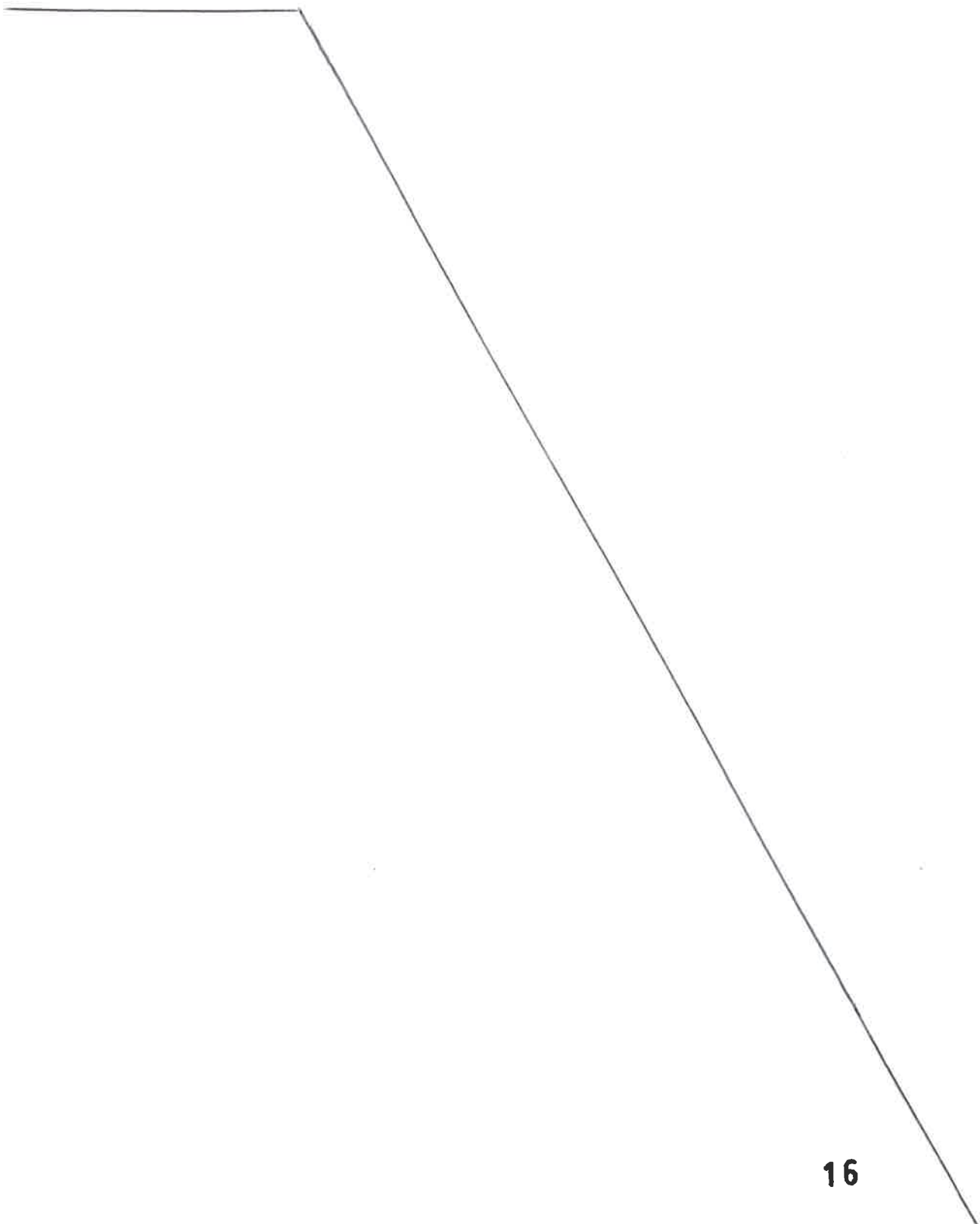
O grupo municipal do BE

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- LUÍS FERNANDES (CDU) – Apresentou e entregou documento, sobre “Transportes e mobilidade no Concelho de Gondomar e Área Metropolitana do Porto”, que adiante segue. ---



Transportes e mobilidade no concelho de Gondomar e área metropolitana do Porto

A CDU, ao longo dos anos, tem defendido que é fundamental uma outra resposta política à mobilidade dos Gondomarenses. Uma resposta que não pode ser isolada do contexto metropolitano, das suas dinâmicas sociais e económicas. Que exigem uma visão integrada. Uma visão metropolitana.

Nesse sentido temos vindo a insistir quanto à necessidade de um conjunto de medidas estruturais que desbloqueiam a mobilidade das populações nos concelhos do grande porto.

O orçamento do Estado para 2019 contempla verbas para apoio à redução tarifária na utilização de transportes públicos. Trata-se de uma medida importante de estímulo à utilização de transporte público, com importantes vantagens na vida das populações e no ambiente.

De entre as medida previstas para a Área Metropolitana do Porto destaca-se a introdução do “Passe Único”, um único título disponível nos vários meios de transporte público de toda a Área Metropolitana.

As medidas que se anunciam são fruto de um longo esforço do PCP e das populações, e veem dar razão às reivindicações do PCP. Ao longo de quase 2 anos foi o PCP que andou sozinho a defender a criação do passe único e fomos os únicos a defender a proposta de alargamento do Andante a todos os operadores de toda a Área Metropolitana.

Valorizando o objectivo e preocupada com a sua aplicação e seu alcance, a CDU, não pode deixar de manifestar a sua preocupação quanto à introdução do Passe Único no dia 1 de Abril de 2019, conforme previsto no Orçamento do Estado.

Em seguimento das nossas preocupações vimos, questionar o executivo, se estão asseguradas todas as medidas para que nenhum percurso ou título (ocasional ou assinatura) seja excluído desta medida, sendo cumpridos os valores assumidos.

Face aos recentes desenvolvimentos, a quase um mês do prazo assumido pelo governo e pela área metropolitana, importa perceber se a Câmara tomou todas as medidas necessárias e se está em condições de assegurar que será realizado o alargamento do andante a todo o concelho, no operador público e no privado até ao dia 1 de Abril?

25 de fevereiro de 2019

Os eleitos da CDU,

Roberto
Regina Soares Pereira Silva
Rodrigo Miguel

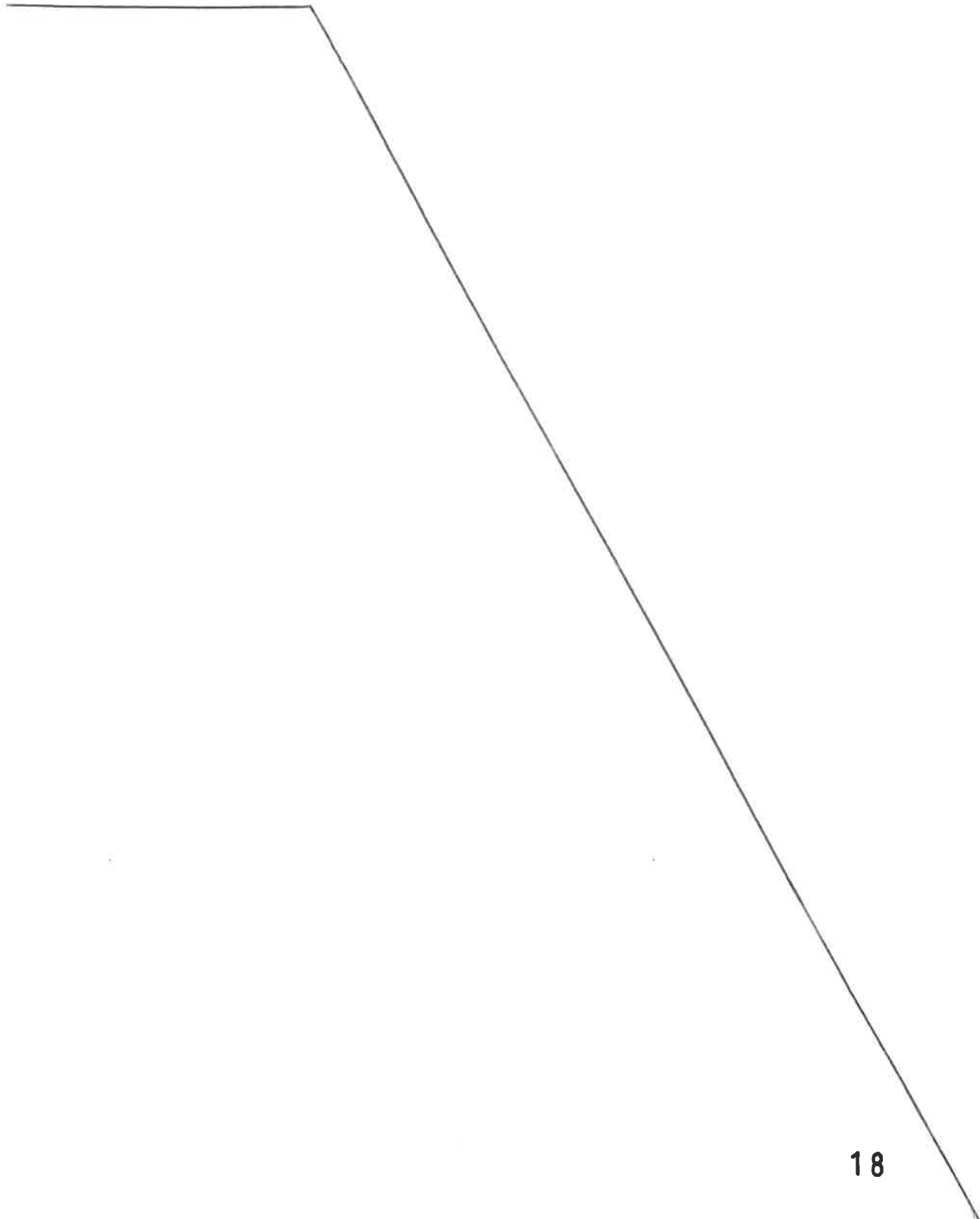
Cristina Coelho
António

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- TIAGO CARVALHO (BE) - Apresentou e entregou duas recomendações, uma sobre “o combate às alterações climáticas” e outra sobre “a mobilidade”, que adiante segue. -----



25.FEV 2019

49919 + 1025 + 1 Votante
Apresentado
com o Abstencão


Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Gondomar

Recomendação sobre o combate às alterações climáticas

No recente trabalho elaborado para a Área Metropolitana do Porto sob a coordenação científica da Prof. Ana Monteiro do Departamento de Geografia da FLUP, foram apresentados os riscos climáticos prováveis e as medidas que deverão ser implementadas no âmbito do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas.

Nesta publicação realça-se a importância decisiva das entidades locais, como os municípios, em enfrentar as alterações climáticas, tendo até em conta que as áreas urbanas (onde vive hoje grande parte da população) são as principais emissoras de gases de efeito de estufa, devido principalmente à conversão e utilização da energia. Um melhor planeamento territorial, a maior eficiência das infraestruturas urbanísticas e mudanças ao nível da mobilidade e do uso dos recursos naturais são imperativos a concretizar na gestão das áreas urbanas.

Para além da elaboração de cartas de zonamento climático local em cada município e da criação duma rede de monitorização climática à escala municipal, é de salientar que outro dos instrumentos de intervenção municipal que pode e deve fazer parte duma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) é a adesão ao Pacto de Autarcas, criado em 2008 pela U.E. e que congrega hoje mais de 7.000 cidades europeias e 114 municípios portugueses. Na apresentação da candidatura, a obrigatória elaboração dum plano de acção, onde constará um diagnóstico do desempenho energético no território municipal e são identificados os sectores que usam mais intensivamente a energia, muito poderá contribuir para a elaboração duma acertada estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária em 25 de Fevereiro de 2019, Recomenda ao Executivo camarário que:

1- seja avaliada a adesão do município ao "Pacto de Autarcas" e o seu impacto positivo na estratégia de adaptação às alterações climáticas;

2 - sejam amplamente divulgados pelas escolas e espaços municipais os materiais didácticos já disponíveis para ajudar à compreensão da necessidade de estratégias de adaptação às alterações climáticas

O representante do BE

*Aparado por
mobilidade*

25.FEV 2019

Jose 2

Recomendação sobre mobilidade

Os dados recentemente publicados pelo INE no Inquérito à Mobilidade (IMOB) na Área Metropolitana do Porto confirmam que o transporte individual por automóvel é o principal modo de deslocação dos residentes no concelho (mais de 67%), sendo que o transporte público e/ou colectivo é de 16,8%. A deslocação por bicicleta representa apenas 0,1%. E quase 36% dos agregados residentes no município têm uma despesa média mensal com combustível superior a 100 euros.

Outros dados significativos são os que colocam o município de Gondomar com uma taxa de deslocações a pé superior a 14%. O estacionamento significa uma despesa habitual para 23% da população com veículos residente no município.

Estes e outros dados do INE refletem a degradação do transporte público levada a cabo pelo anterior governo PSD/CDS-PP e mostram a necessidade e urgência na tomada de medidas pelo município com vista a aumentar significativamente a utilização do transporte colectivo e a diminuir o uso excessivo do automóvel, não apenas para restituir o espaço público às pessoas, mas também como contributo indispensável para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) e para a adaptação/mitigação das alterações climáticas.

Nesse sentido, no Orçamento do Estado para 2019 foi criado um Programa de Apoio à Redução Tarifária no conjunto do país (PART), com uma dotação global de 104 milhões de euros, a atribuir às Autoridades de Transporte das Áreas Metropolitanas e das Comunidades InterMunicipais.

A concretização do passe único metropolitano em 2019 com o preço máximo de 40 euros (e do passe familiar com um valor máximo de 80 euros), bem como o transporte gratuito até aos 12 anos, serão certamente as medidas com maior impacto na enorme mudança a concretizar quanto à utilização do transporte colectivo de passageiros.

Mas a resposta ao problema da mobilidade não pode ficar apenas pelo passe único, sendo também fundamental ter um conhecimento mais profundo da mobilidade no concelho, para o município poder encontrar as diferentes respostas à situação, tendo em conta, entre outros elementos, os destinos das deslocações da população residente, os horários e os modos de transporte mais adequados.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária em 25 de Fevereiro de 2019, desejando contribuir para a promoção e implementação de novas políticas no domínio dos transportes, Recomenda ao Executivo camarário que:

- desenvolva os procedimentos necessários, como Planos de Mobilidade Urbana, para a concretização de políticas de mobilidade com preços reduzidos e na utilização do transporte colectivo de passageiros nos seus diversos modos, assegurando a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço das populações

A/ O representante do BE

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Começo por falar na questão dos transportes e dizer que felizmente é desta que não só vai ser andante e que a partir do dia um de março há mais sete linhas que vão ter andante em Gondomar e também entrará em vigor a um de abril uma grande política deste Governo e da Área Metropolitana do Porto e de Lisboa que tem a ver com o passe único, a partir de um de abril todos os Gondomarenses vão poder passar a ir para o Porto com um passe de apenas quarenta euros, quando hoje pagam noventa e cem euros, esta grande medida é que a Câmara vai também participar, será de facto uma grande revolução para atrair pessoas para o transporte público e dizer que tivemos o cuidado de auscultar todas as Juntas de Freguesia, no sentido de darem propostas para a nova rede que vai agora a concurso de concessão para entrar em vigor a partir de janeiro de 2020, para que haja mais mobilidade e dar nota, que a proposta que a Câmara de Gondomar fez na Área Metropolitana, criticada pelos municípios vizinhos, quase duplica a oferta de transporte público no Concelho de Gondomar. É verdade que, infelizmente o município vizinho do Porto, lembrou-se de fazer uma manobra de bastidores onde prejudica a mobilidade, mas não nos calaremos, e daquelas quatro linhas de Gondomar que foram prejudicadas, em particular a 27, 55 e 70, tudo indica que será resolvido em breve. O que também vai ser resolvido, é o Metro, porque a Metro do Porto, aprovou já o lançamento de concurso ao programa base, o Senhor Presidente da Metro teve de ir para o Governo e deixou as funções o que atrasou em algumas semanas, mas para que não hajam dúvidas, porque o PSD tem dúvidas muitas vezes, a proposta política da Câmara Municipal de Gondomar para o Metro é a ligação direta Souto/Valbom/Campanhã ou Dragão, que tem a ver com uma questão técnica que nos ultrapassa é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

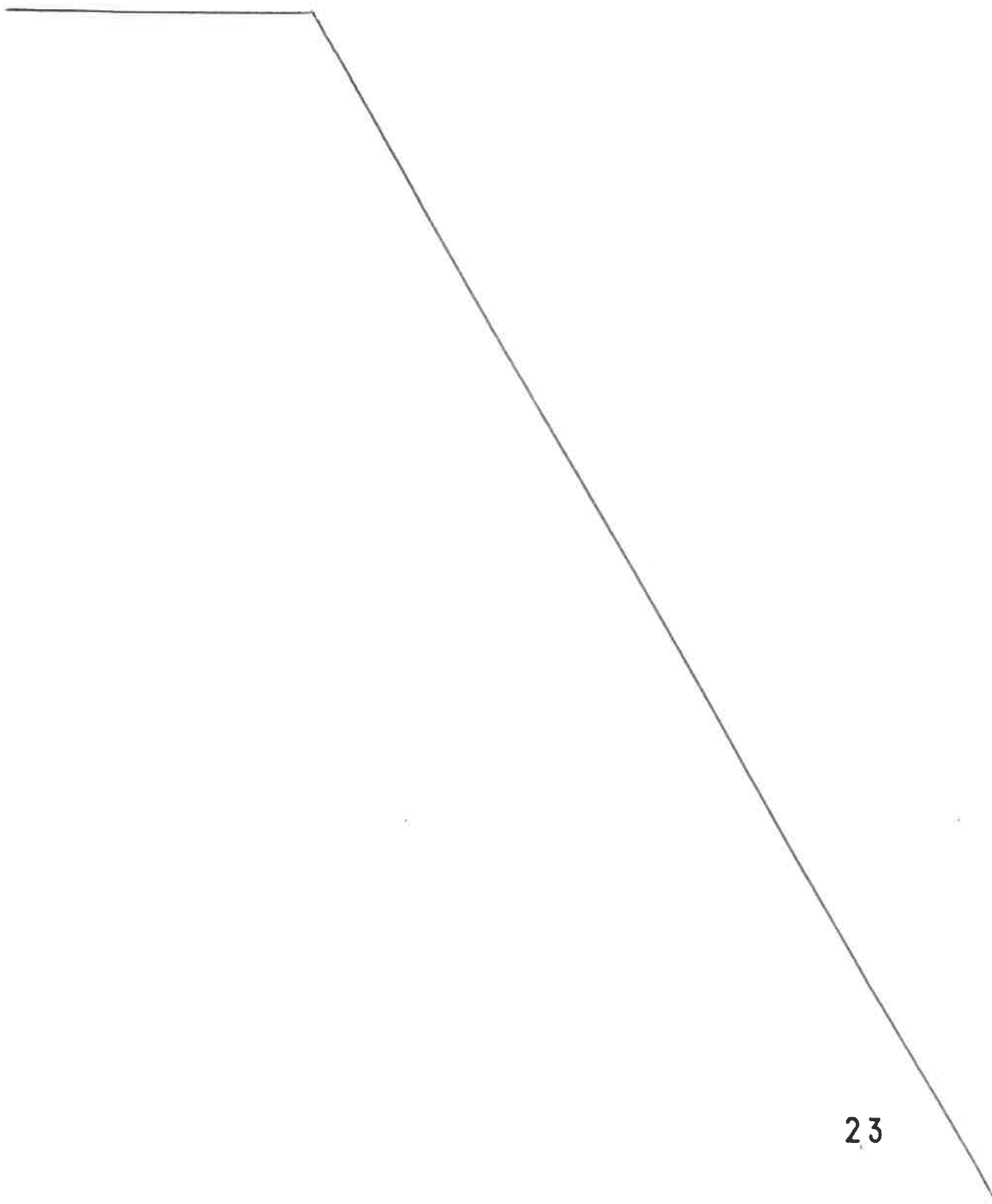


esta a proposta, será isso que defenderemos, que a Metro do Porto vai concursar e é esse projeto de execução que vai ser feito. Quero também responder a algumas questões aqui colocadas sobre a habitação, e alguns moradores que merecem todo o respeito, foram incentivados por um partido político a virem aqui. Dizer que não há aumento de rendas, há uma atualização que resulta da lei, que a Câmara podia ter feito já há dois anos e não o fez e decidi fazê-lo em três anos sucessivos, o que lamento é que partidos políticos venham instrumentalizar os Gondomarenses, venham criar falsas expetativas com regulamentos e com normas que em nada vão alterar e o que lamento também é que há muitas pessoas que estão aí sentadas e que estão lá fora dos bairros, que merecem todo o respeito e que ganham 100, 200 ou 300 euros e queria recordar que mesmo com esta aplicação da atualização da lei, quarenta e nove por cento das pessoas pagarão menos de cinquenta euros por mês e que quem tem um aumento superior a cinquenta por cento e de facto há moradores que se calhar é de mais de vinte e cinco euros, porque ganham mais de trinta mil euros por ano e se calhar quem ganha mais de trinta mil euros por ano não devia estar numa habitação social, devia dar a vez a quem precisa. E por fim dizer que qualquer um tem direito a fazer política, agora não podem incentivar as pessoas e andar a provocar confusão e também dizer que gostava que o Senhor Presidente da Junta de Fânzeres e S. Pedro da Cova que estivesse preocupado como está, mas também gostava de quando vou aos bairros ver os jardins limpos e os buracos tapados, que é obrigação dele e a Câmara paga-lhe para isso e também gostava que a CDU já que defende tanto os conjuntos habitacionais, quando propusemos quatro milhões de euros para as obras para os recuperar, não tivessem votado contra. -----



----- VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: -----

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO CDS-PP, apresentado na mesa, sobre o “fluxo automóvel nas principais vias municipais”: Aprovada por unanimidade. -----



*Aprovado por
município*

25.FEV 2019



Dr. 1

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

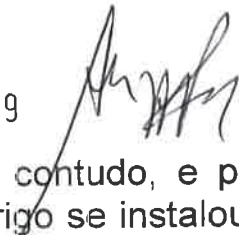
Todos reconhecemos que o fluxo automóvel nas diferentes vias municipais, em especial nas zonas mais urbanas e populosas, tem vindo a gradativamente a intensificar-se, criando toda uma plêiade de constrangimentos à sua natural fluência tantos deles emergentes da condução irresponsável de muitos dos automobilistas, mas também resultantes da inadequação estrutural das vias a um fluxo viário tão forte, para o qual não foram pensadas nem construídas.

A verdade é que começam a sobressair em diferentes locais do concelho pontos críticos onde as ocorrências se vão sucedendo, umas mais outras menos graves, com repercussões seja na integridade física dos intervenientes seja nos seus interesses patrimoniais, urgindo que, quem responsável, possa intervir em tais incidências críticas, limitando-as. Da abordagem que fizemos à presente envolvência foi, desde logo possível, discernir, vários locais problemáticos onde o perigo se repete quotidianamente, sendo inúmeras as ocorrências verificadas, a saber.

- Estrada D. Miguel (Baguim do Monte, Fânzeres, S. Pedro da Cova, S. Cosme e Jovim)
- Avenida da Conduta (Rio Tinto, Fânzeres, S. Cosme);
- Rua D. António Castro Meireles (Baguim do Monte);
- Avenida General Humberto Delgado (Fânzeres e S. Cosme);
- Rua Pedro Álvares Cabral (Rio Tinto);
- Estrada Nacional 108 – Avenida Escritor Costa Barreto (Valbom);
- Rua da Portelinha (Fânzeres);
- Rotunda da Covilhã (S. Pedro da Cova).

Em todas estas invocadas vias designadamente, persistem locais onde as incidências críticas se repetem e sem que se encontrem particularmente sinalizadas, constituindo um enorme potencial de

25.FEV 2019



perigo para todos quantos por lá transitam. Há, contudo, e para além destes, outros locais no concelho onde o perigo se instalou, e em que faz todo o sentido determinar-lhes a geografia, para que possam e devam ser intervencionados.

O certo é que são já muitos os exemplos de locais críticos no concelho, sendo tempo de o Município avançar com soluções concretas que possam ser suficientemente desmotivadoras de uma condução irrefletida, indevida e perigosa nesses locais, afastando claramente Gondomar das menos oportunas *ratios* na matéria. E porque estamos cientes das enormes limitações orçamentais que o concelho atravessa, não reivindicamos grandes gastos no obviar, na redução substancial das tantas ocorrências constatadas.

O QUE PROPOMOS

Aquilo que propomos é que a Assembleia Municipal recomende ao Executivo que, em parceria com as diferentes Freguesias e Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho, identifique, em cada freguesia, os diferentes pontos críticos viários, com o intuito de, uma vez estes determinados, serem intervencionados mediante a colocação de lombas e sinalização conveniente (que não necessariamente semáforos que cada vez mais menos respeitam), por forma a justificar a redução da velocidade nesses locais e assim, limitar o risco de acidentes/ocorrências, melhorando os índices de sinistralidade e suas repercussões na integridade física e nos prejuízos materiais dos gondomarenses.

Pedro Moura de Oliveira
CDS/PP



----- RECOMENDAÇÃO DO BE, sobre Mobilidade: Aprovada por unanimidade. -----

----- MOÇÃO DO BE, “Pelo reforço da prevenção e combate à violência de género”:

Aprovada por maioria, com 2 abstenções (1 VALENTIM + 1 PS). -----

----- RECOMENDAÇÃO DO BE, sobre “o combate às alterações climáticas”: Aprovada por

maioria, com 6 abstenções (1 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS-PP). -----

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DA CDU, sobre “Suspensão do aumento das rendas e

criação do Regulamento de gestão da habitação pública”: Rejeitada por maioria, com 21 votos

contra do PS e 10 abstenções (5 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS-PP). -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi proposta a retirada do

ponto cinco da ordem de trabalhos, a qual foi aceite por todos. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **1. Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha – Reinício das funções na Assembleia Municipal - Para conhecimento** -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **2. Discussão e votação da ata da sessão de 10-12-2018** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo não

participaram na votação os Deputados(as) Senhores(as): Cecília Bibiana Silva, Maria Fernanda

Vieira, Telmo Viana e Tiago Carvalho, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **3. Propostas da Câmara Municipal sobre:** -----

----- a) **Transferência de competências no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos e no domínio da cultura** -----

----- VEREADORA DR.ª AURORA VIEIRA – Estas duas propostas de descentralização, a Câmara Municipal propõe rejeitar, uma vez que o quadro definidor de como elas se enquadrarão não está claro, nesse contexto consideramos que devemos esperar para perceber como é que vão ser feitas essas transferências. A proposta que trazemos aqui é a que foi aprovada no executivo e a que trazemos aos Senhores Deputados. -----

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou um pedido de esclarecimento, que adiante segue. -----

25.FEV 2019

Pedido de Esclarecimento

Neste órgão deliberativo, a CDU já manifestou que considera que o processo de transferência de competências em curso não é mais do que transferir para as autarquias competências de mera execução. Para as autarquias não estão a ser transferidas competências, mas sim encargos, sendo clara a tentativa de desresponsabilização das funções da Administração Central. Mais uma vez, alertamos, que este processo de desresponsabilização do estado e de transferência de competências sem conhecimento dos critérios de atribuição de financiamento, a médio e longo prazo vai-se tornar desastroso para o município.

No âmbito da Lei da transferência de competências para as autarquias (50/2018), a 17 de janeiro, foram promulgados, os **diplomas sectoriais** que transferem para os municípios **competências no âmbito da Educação e da Saúde**. Dada a importância destas duas áreas e, tendo em conta, as novas competências que os municípios têm de assumir quer no recrutamento, seleção e gestão do pessoal, quer no investimento e manutenção dos equipamentos, os eleitos da CDU solicitam que o executivo municipal informe esta Assembleia Municipal quanto:

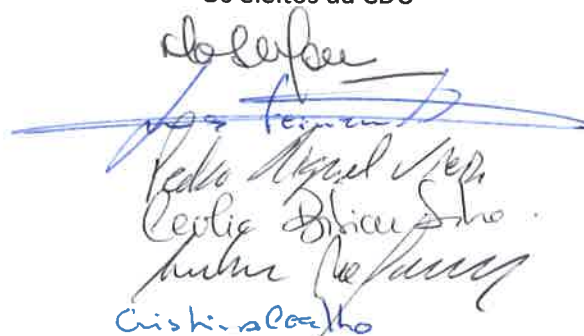
- À viabilidade de assegurar a resposta exigida pela respectiva transferência de competências, num município com uma fragilidade económica como é o de Gondomar.

- Às consequências financeiras e aos esforços materiais decorrentes do exercício das novas competências.

Por fim e, uma vez mais, sublinhamos que assuntos de extrema importância têm de ser debatidos de forma séria e democrática. Assim, a CDU, através dos seus Vereadores na Câmara Municipal e dos seus deputados na Assembleia Municipal, tem tentado que haja um debate onde se aflore o conjunto de riscos para a gestão do município, presente e futura, associado a esta transferência de competências mas, lamentavelmente, este não tem acontecido.

Gondomar, 25 de fevereiro de 2019

Os eleitos da CDU



25.FEV.2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- MANUEL MARQUES (PSD) – Na última Assembleia Municipal extraordinária, o tema das competências foram aqui discutidas em que as transferências das competências para a Área Metropolitana do Porto, quer na área do turismo, quer na área de fundos comunitários, das comunicações, que foi aprovada pelo Partido Socialista e hoje espanta-me, porque estamos a passar competências e a deixar um legado, quer ao Partido Socialista que está a governar neste momento, quer a outros partidos que venham a governar a Câmara. Temos o primeiro exemplo, que é o caso das comunicações que os Senhores Deputados votaram favoravelmente e hoje fico espantado que passadas três semanas da reunião da Assembleia Municipal, o Partido Socialista foi muito rigoroso a votar favoravelmente a transferência de competências e hoje o Senhor Presidente da Junta de Rio Tinto vir cá defender que aparentemente foi um grande erro. -----

----- VEREADORA DR.ª AURORA VIEIRA – Só para esclarecer o orador do PSD que está muito confuso, porque na última sessão nós rejeitamos também as propostas, só aceitamos umas pequenas coisas da área administrativa, que já era a Câmara, por acordos que geria, como a Loja do Cidadão, as praias, fomos nós que fizemos, que não se fazia anteriormente, fazíamos enquanto município empreendedor e portanto aceitamos essas competências, as vias de comunicação e tudo o resto que implicava pacotes financeiros rejeitamos, o Senhor Deputado estava distraído. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **b) Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Gondomar -**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Dizer que esta proposta vem no seguimento daquilo que são correções pontuais à estrutura anterior e aproveitamos para modelar a orgânica, aquilo que são as possíveis futuras competências, algumas já aceites e outras que podem vir a ser aceites ou impostas por lei e também adaptar criando as áreas estratégicas para a Câmara em tempos futuros nomeadamente a educação e ambiente. O que tem de ser aqui proposta é uma estrutura flexível, sendo que à semelhança do que já existe em quase todas as Câmaras da Área Metropolitana e em Câmaras de grande dimensão, há uma parte nuclear e outra parte, depois que é decisão do órgão executivo. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Como todos devemos estar lembrados esta estrutura orgânica, tem cerca de um ano e está já a ser revista. Como todos devem estar lembrados, na altura, de forma fundamentada, a CDU votou contra a proposta, alegando entre muitas coisas o seu enorme peso em termos de estruturas, a falta de rigor que havia na mistura de algumas funções entre departamentos e divisões e um conjunto de pressupostos que ficaram esclarecidos. Neste momento, esta revisão que aqui nos é trazida só fala dos departamentos, toda aquela estrutura orgânica que no ano passado foi apresentada continua igual. É uma estrutura que tende virar a pirâmide ao contrário, nesta Câmara Municipal a pirâmide está quase ao contrário, é uma estrutura onde não se vê preocupações da Câmara Municipal em alargar os seus quadros no que diz respeito a trabalhadores especializados, é uma estrutura que continua a merecer o voto contra da CDU. Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO**Ponto 3 b) da OT – Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Gondomar**

Tinha razão a CDU quando não aprovou a proposta da Estrutura Orgânica apresentada pela Câmara Municipal há um ano atrás. Por si só, o facto de num único ano a proposta se encontrar desatualizada, confirma o que na altura foi referido pela CDU sobre a importância de uma Estrutura Orgânica devidamente estudada e trabalhada no sentido da melhoria da qualidade do serviço a prestar aos gondomarenses e de uma gestão eficaz dos recursos humanos da autarquia.

Infelizmente, esta nova proposta, agora em análise, apresenta-se como uma revisão à estrutura aprovada por maioria em 2018 e chega-nos truncada no seu organigrama, apresentando unicamente os 10 Departamentos revistos. Pressupõe-se, assim, que as mudanças só ocorrem nas estruturas de topo, não sendo visível um conjunto de recomendações que ao longo deste último ano têm sido feitas neste Órgão, como, por exemplo, a criação de um Gabinete de apoio aos seniores, ou, como neste Órgão foi anunciado pelo Sr. Vice-presidente, a criação de um Grupo de acompanhamento da Concessão à empresa Águas de Gondomar.

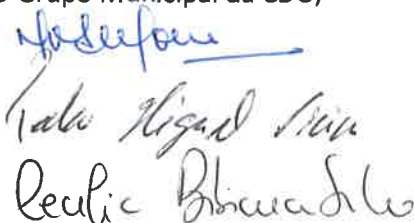
Da mesma forma, não nos é possível confirmar neste documento a existência de estruturas para as quais se abriu concurso público de emprego para 5 cargos de direção intermédia, nomeadamente para a Divisão do Planeamento e Sistema de Informação Geográfica, Núcleo da Saúde, Núcleo de Arquivo e Património Cultural, Núcleo de Respostas Sociais e Núcleo de Desenvolvimento de Projetos.

Ou seja, com esta proposta de revisão, continua por esclarecer um conjunto de pressupostos organizacionais necessários à propalada simplificação e racionalização dos serviços, ao estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, e à agregação e partilha de serviços que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas, aspectos fundamentais para o voto favorável da CDU.

Pelo exposto, a CDU vota **CONTRA**.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2019

O Grupo Municipal da CDU,



25.FEV.2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VITOR GUERRA (VALENTIM) – O Grupo Valentim Loureiro irá manter exatamente a mesma votação, que será optar pela abstenção, por entender que a gestão dos Recursos Humanos da Câmara incumbe ao executivo municipal, nestes termos iremos repetir a votação, optando pela abstenção. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 4 votos contra da CDU e 12 abstenções (5 VALENTIM + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP. -----

----- c) **“Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação da dívida à EDP”** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Este ponto tem novamente a ver com a repetição de algo que já veio a esta Assembleia há sensivelmente um ano e meio e que tem a ver no fundo, com repetir a operação EDP, operação essa que queria recordar, fruto de um negócio que este executivo conseguiu fazer que poupa vinte milhões de euros, com um perdão de dívida de quarenta por cento. Como sabem, no passado, após ter negociado com a EDP, o Tribunal de Contas chumbou o visto para esta operação à qual recorreremos e mantemos o chumbo. Em dois mil e dezanove o novo orçamento de estado alterou aquilo que é conteúdo legislativo quanto a esta matéria e as regras de fazer este tipo de financiamentos. Já com as novas regras, repetimos a operação, já fizemos o concurso onde foram escolhidas as duas entidades bancárias que vão financiar os vinte e oito milhões e o objetivo é que a Câmara em vez de pagar quarenta e oito milhões de uma dívida antiga à EDP pague apenas vinte e oito, não só poupando vinte milhões, mas saindo do limite do endividamento para

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

poder, entre outras coisas, começarmos a recrutar recursos humanos para renovar os quadros, que é fundamental. -----

----- MANUEL MARQUES (PSD) – Nesta proposta de Gondomar ao Tribunal de Contas, em que é diferente da de Espinho, que foi rejeitada? -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Esta proposta já foi feita de acordo com a legislação vigente em dois mil e dezanove e a de Espinho ainda foi feita com base na legislação anterior de dois mil e dezoito. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Pegando nas palavras do Senhor Presidente, não é ponto acente que o Tribunal de Contas e até porque uma das questões levantadas pelo Tribunal de Contas tem a ver com as gerações futuras e com o empenhamento das gerações futuras, isso não há lei que altere, não é liquido que este pedido de empréstimo seja autorizado. Queremos deixar aqui claro que a CDU, sabe que não há outra forma de pagar a dívida à EDP, no entanto em nome da CDU, quero dizer que apesar de todas estas coisas, já várias vezes nestas Assembleias Municipais a CDU questionou através da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o executivo, no sentido de nos serem dadas um conjunto de respostas por escrito e até agora não nos chegou por escrito qualquer informação. Entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****Ponto 3 c) da OT – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação da dívida à EDP**

Nas reuniões de 27 de junho e 10 dezembro de 2018, o Grupo Municipal da CDU apresentou à Câmara Municipal, através da Mesa desta Assembleia, pedidos de informação sobre a questão da dívida à EDP.

Até ao momento, não foi obtida resposta ao solicitado.

Até ao momento, a CDU não tem conhecimento formal do ponto da situação, dos desenvolvimentos da negociação com a EDP, nem da estratégia da Câmara para a resolução deste assunto, no caso de o Tribunal de Contas continuar a impedir a realização do empréstimo sobre o qual, hoje, nos é proposto deliberar.

Assim, a posição da CDU continuará a ser de **ABSTENÇÃO**.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2019

O Grupo Municipal da CDU,



Paulo Miguel Vieira

Leucina Bicares de

Cristina Coelho

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PEDRO FORTE (PS) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----



Exmos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários da Mesa

Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores

Deputados e Presidentes de Junta

Público

A proposta “Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para liquidação da dívida à EDP abrangida por acordo de pagamento”, que hoje vai ser votada neste órgão, constitui um importante passo para colocar o nosso município numa situação financeira pela qual há muito ansiamos.

Recorde-se que esta operação se repete pela segunda vez, dado que na primeira abordagem o Tribunal de Contas considerou a dívida em causa como sendo vencida, e como tal não deu o aval para a sua concretização.

Como o excesso de endividamento de que atualmente este município padece impõe constrangimentos à atuação da Câmara Municipal de Gondomar, designadamente na dotação de pessoal necessário para dar resposta às necessidades dos municípios, e também na implementação de políticas programáticas promotoras de desenvolvimento social e económico, decidiu o executivo fazer nova abordagem a este problema.

Desta feita, apesar da Câmara não ter o mesmo entendimento sobre a classificação da dívida que o Tribunal de Contas anteriormente proferiu, decidiu esta ainda assim encetar nova negociação com a EDP, anulando o acordo prévio e substituindo-o por um novo, mais favorável para o município, reclassificando-se agora a dívida como vincenda, sendo possível realizar a sua liquidação num prazo que se pode estender até 2021.


Não existindo agora dúvidas, nem mesmo por parte da EDP, quanto à classificação da dívida, acredita-se que o Tribunal de Contas não colocará obstáculos a esta substituição de dívida por uma outra mais vantajosa para o município e afasta-se deste modo o cenário de saneamento financeiro que a todo o custo se pretende evitar.

Consciente deste facto a Câmara apresenta-nos uma proposta que evidencia todo um esforço empregue na sua concretização, que não deve ser minorizado, antes pelo contrário, é até, no entender do grupo parlamentar do PS de enaltecê-lo.

Assim sendo, o voto dos membros desta assembleia referente à proposta em causa vão traduzir o entendimento que cada um tem relativamente à importância de o município de Gondomar ter uma situação financeira equilibrada e sustentável.

O voto dos membros desta assembleia vai-nos indicar, inequivocamente, a importância que cada um confere ao esforço empreendido na obtenção deste acordo com a EDP, que o grupo parlamentar do PS acredita ter envolvido exigentes negociações e que permitiu ao município ver reduzida uma dívida em 20 milhões de euros!

Neste contexto surge a necessidade da contratação de um empréstimo, necessidade essa expressa numa proposta devidamente esclarecedora, que a Câmara Municipal de Gondomar fez chegar a este órgão, e que o Grupo Parlamentar do PS não hesitará em votar favoravelmente.

Por este Regulamento assinado

Fernando Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 21 votos a favor do PS e 18 abstenções (5 VALENTIM + 6 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP. -----

----- d) **“Construção do Percurso da Via Nordeste - Ligação de Rebordãos (EN 12-1) à Rua da Granja” - Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias, atribuição de carácter urgente e posse administrativa** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Dar indicação que estas propostas de expropriação (ponto 3. d) e e)), de duas vias previstas no PDM surgem agora por dois motivos: Primeiro porque há vontade do executivo de construir, edificar, executar vias que estão previstas no PDM e que estão projetadas no tempo do Presidente da Câmara Arlindo Neves, há mais de trinta e cinco anos, e que são cada vez mais estruturantes para o Concelho, nomeadamente para a parte Norte da Freguesia de Fânzeres, Baguim do Monte e Rio Tinto e avançamos agora, porque temos algum folgo financeiro, mas também porque será provavelmente a última oportunidade de ir buscar parte dos fundos comunitários para fazer esta obra. Queria recordar que é apenas ilegível nesta intervenção aquilo que se chama “modus suaves”, ou seja, a parte do passeio e ciclovia, tudo o resto é responsabilidade do Município, mas são cerca de vinte e cinco por cento, isto é a última oportunidade de ir buscar algum apoio externo para poder executar esta obra necessária para o Concelho. -----

----- LUÍS FERNANDES (CDU) – Leu e apresentou declaração de voto (também para a alínea e)), que adiante segue. -----



Declaração de voto

3. d) “Construção do percurso da via nordeste – Ligação de Rebordões (EN 12-1) à Rua da Granja” – Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias, atribuição de carácter urgente e posse administrativa;

3. e) “Construção do percurso da Via Estruturante Norte/Sul – Ligação entre a Rua das Donas e Rebordões (antiga EN 12-1) – Rio Tinto/Baguim do Monte” - Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias, atribuição de carácter urgente e posse administrativa;

Relativamente ao ponto 3. d) e 3. e), referentes à construção dos percursos “Via norte – Ligação de Rebordões (EN 12-1) à Rua da Granja” e do percurso “ Via estruturante Norte/Sul – Ligação entre a rua das Donas e Rebordões (antiga EN 12-1) – Rio tinto/Baguim do Monte”, bem como da declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias. A CDU considera que a construção destas duas vias podem ser, importantes infraestruturas para a mobilidade do município, contudo o projeto apresentado suscita-nos várias questões, que não foram respondidas até à data, pelo executivo em funções.

Nos documentos que foram enviados a esta assembleia para discussão e aprovação, não apresentam dados suficientes para a CDU votar favoravelmente de uma forma consciente e segura.

Preocupa à CDU a inexistência, mais uma vez, de uma discussão pública, com as populações, com os eleitos locais, e com os outros municípios, designadamente na articulação desta nova ligação (Via estruturante Norte/Sul) com o plano de reestruturação da estrada da circunvalação.

O projeto apresentado a esta assembleia está ausente de qualquer informação, nomeadamente na previsibilidade da sua execução, planificação, e opções do município para o traçado e respetiva área circundante, como por exemplo qual o destino a dar aos terrenos do traçado e da área envolvente.

Tendo em conta que estes são projetos de grande dimensão e que terão associados a si um elevado investimento, é importante ver esclarecidas antes da votação, questões simples, como por exemplo:

- Se o financiamento destas obras já está assegurado?
- Quais as implicações e dificuldades de tesouraria, que estes projetos vão trazer para o município?
- A CDU gostaria ainda de saber se existe uma previsão para o valor total das obras.



25.FEV 2019



Estas são questões que a CDU considera legítimas e importantes, como tal, e na ausência de respostas para as mesmas, a posição da CDU será a ~~abstenção~~ nestes dois pontos.

CONTRA
Modelos

Gondomar, 25 de fevereiro de 2019

Os eleitos da CDU



Leolia Branca Natius Silva

Cristina Coelho

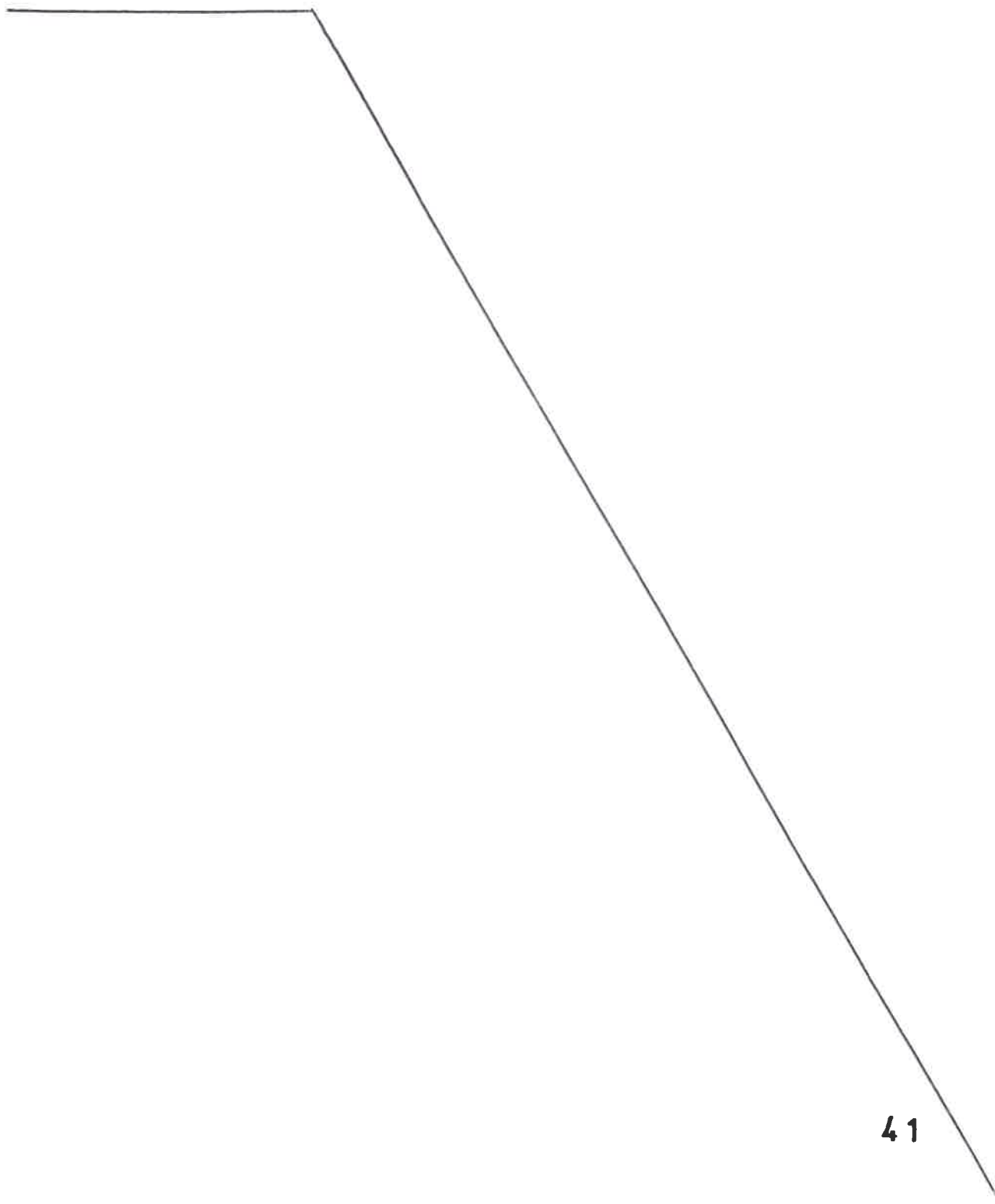


25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- DEOCLECIANO CARVALHO, em representação do Senhor Francisco Laranjeira (Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte) – Leu e apresentou documento, que adiante segue. -----



Cumprimento Presidente Assembleia Municipal e secretários
 Cumprimento o Presidente Câmara e os vereadores
 Cumprimento os Senhores deputados e público presente.

25.FEV.2019

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

~~Bom~~ noite a todos
 Caros Amigos.

Venho a este pulpito em meu nome e do executivo da Junta Freguesia de Basim do Porto.

Completar-me e agradecer ao executivo desta câmara, que uma das propostas seja a construção do percurso da via ESTROTURANTE NORTE/SUL, e a sua ligação entre o Rua das JONAS E REBOARDOS.

Este projeto que já fora prometido há alguns anos atrás por outros executivos, mas que nunca tiveram coragem para o fazer avançar (ficando sempre na gaveta)

Felizmente tornou-se uma realidade e vai avançar.

Para Basim e para os utentes que utilizam as vias de comunicação na nossa freguesia. É uma mais valia

Não só irá facilitar que as entradas e saídas à cidade do Porto, que se tornam cada vez mais congestionadas.

É muito importante para nós em Basim irá de certeza substituir o imenso tráfego da Rua António Costa Feixes.

Por tudo isto parabéns e obrigado pela iniciativa de avançarem com este projeto

Tenho dito

[Handwritten signature]
 GRUPO PARLAMENTAR PS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- NUNO FONSECA, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto - O Senhor Deputado do PSD Manuel Marques, sobre o vir aqui falar da minha intervenção sobre os transportes, qualquer questão de litigância com a descentralização de competências, eu gostaria de ver o PSD a fazer aquilo que eu fiz aqui, que era criticar a Câmara do Porto, a atitude da Câmara Municipal do Porto, foi isso que vim aqui fazer, não vim aqui falar da descentralização de competências e pedi à Assembleia Municipal para me seguir e já houve aqui tantas intervenções e não veio aqui ninguém fazer isso. Ao meu colega Pedro Vieira, Presidente da Junta de Fânzeres e S. Pedro das Cova, dizer que os Presidentes de Junta entre si devem ter comportamentos de cordialidade, cada um faz a sua atividade política dentro da sua freguesia e na minha opinião não me parece correto vir aqui às Assembleias Municipais dar pequenas alfinatadelas, independentemente das cores partidárias há uma ética. Sobre a Via Nordeste, o que tenho a dizer é, finalmente. Para quem conhece Rio Tinto sabe que esta obra é fundamental. Rio Tinto tem um gravíssimo problema de trânsito, é uma freguesia que está encostada ao Porto, é uma linha de passagem, quer de Baguim, quer do interior do Concelho, quer de Ermesinde, Valongo. A auto-estrada A4 tem as dificuldades que tem, fazer uma via que vai circular Rio Tinto e fazer a ligação a Rebordãos, sem congestionar o centro da freguesia é fundamental e espero que seja o mais urgente possível. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Relativamente às questões da CDU, não sei que perguntas é que ficaram por responder, porque dada a maturidade do projeto, dada a inserção do PDM e dada a fase em que estamos, que é a tomada de posse administrativa das parcelas a expropriar, não percebi, nem percebi o que é que isto tem a ver com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

circunvalação, não se aproxima da circunvalação, gostava de responder a tudo para não ficarem dúvidas para poderem votar em consciência. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Direito de resposta. A minha intervenção prende-se com a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto e tem a ver com a questão dos transportes e vou aproveitar nesta altura para dizer aquilo que penso. A CDU já várias vezes neste órgão apresentou moções e propostas relacionadas com os passes intermodais que o PS votou contra, com o conseguirmos a STCP como operadora privilegiada no Concelho de Gondomar e o PS votou contra. O que está a acontecer neste momento, e a CDU tem uma opinião muito clara, não faz sentido nenhum que um único Senhor Presidente queira mandar em toda a Área Metropolitana, mas a verdade é que ele está a olhar pelo Concelho dele, temos pena é de não termos um Presidente à altura para olhar pelo nosso Concelho e pela nossa cidade e sabendo que o Senhor Presidente é o responsável pelo setor dos transportes na Área Metropolitana. Há uma outra questão que é preciso tem em atenção, é que ainda em relação aos transportes, realmente há aqui uma preocupação muito grande com as carreiras da Gondomarense e pouca preocupação com a empresa pública que é a STCP e em relação a isso já várias vezes a CDU apresentou aqui propostas para serem discutidas. ----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Dizer que repudiamos a atitude que o Senhor Presidente teve em relação a que aconteceu, não tem o direito como Presidente de dar o direito de resposta, isto não foi resposta nenhuma. O Partido Socialista repudia esta atuação, o Senhor não foi capaz de interferir. -----

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- LUÍS FERNANDES (CDU) – Direito de resposta. É essencialmente às perguntas que aqui coloquei, principalmente estas três: se o financiamento desta obra já está assegurado? Quais as implicações e dificuldades de tesouraria que este projeto poderá causar no município, uma vez que à Assembleia não chegaram grandes estudos sobre isso, nem relativamente ao projeto da parte final da via e essencialmente a última pergunta que coloquei, se a CDU ainda podia saber se existe alguma previsão para o valor total destas obras. Também gostava de referir que uma nossa posição é que na reunião de 23 de maio de 2018, os nossos Vereadores representados na Câmara também fizeram esta e outras questões que até ao momento não tivemos resposta. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Financiamento, já aqui disse há pouco, que cerca de 25% do valor da obra, exceto terrenos, custa aproximadamente os 28 milhões de euros e no projeto está delalhado ao pormenor tudo aquilo que vai lá ser feito. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 21 votos a favor do PS, 5 votos contra da CDU e 12 abstenções (5 VALENTIM + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP). -----

----- **e) Construção do Percurso da Via Estruturante Norte/Sul – Ligação entre a Rua das Donas e Rebordãos (antiga EN 12-1) – Rio Tinto/Baguim do Monte – Fases A e B – Ligação entre a Rua das Donas e a Rua das Cavadas” - Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias, atribuição de caráter urgente e posse administrativa** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 21 votos a favor do PS, 5 votos contra da CDU e 12 abstenções (5 VALENTIM + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP). -----

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- Pelo Grupo Municipal da CDU, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. -----

[Empty space for the declaration of vote, with a large diagonal line drawn across it.]

25.FEV.2019



Declaração de voto

3. d) “Construção do percurso da via nordeste – Ligação de Rebordões (EN 12-1) à Rua da Granja” – Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias, atribuição de caráter urgente e posse administrativa;

3. e) “Construção do percurso da Via Estruturante Norte/Sul – Ligação entre a Rua das Donas e Rebordões (antiga EN 12-1) – Rio Tinto/Baguim do Monte” - Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias, atribuição de caráter urgente e posse administrativa;

Relativamente ao ponto 3. d) e 3. e), referentes à construção dos percursos “Via norte – Ligação de Rebordões (EN 12-1) à Rua da Granja” e do percurso “ Via estruturante Norte/Sul – Ligação entre a rua das Donas e Rebordões (antiga EN 12-1) – Rio tinto/Baguim do Monte”, bem como da declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias. A CDU considera que a construção destas duas vias podem ser, importantes infraestruturas para a mobilidade do município, contudo o projeto apresentado suscita-nos várias questões, que não foram respondidas até à data, pelo executivo em funções.

Nos documentos que foram enviados a esta assembleia para discussão e aprovação, não apresentam dados suficientes para a CDU votar favoravelmente de uma forma consciente e segura.

Preocupa à CDU a inexistência, mais uma vez, de uma discussão pública, com as populações, com os eleitos locais, e com os outros municípios, designadamente na articulação desta nova ligação (Via estruturante Norte/Sul) com o plano de reestruturação da estrada da circunvalação.

O projeto apresentado a esta assembleia está ausente de qualquer informação, nomeadamente na previsibilidade da sua execução, planificação, e opções do município para o traçado e respetiva área circundante, como por exemplo qual o destino a dar aos terrenos do traçado e da área envolvente.

Tendo em conta que estes são projetos de grande dimensão e que terão associados a si um elevado investimento, é importante ver esclarecidas antes da votação, questões simples, como por exemplo:

- Se o financiamento destas obras já está assegurado?
- Quais as implicações e dificuldades de tesouraria, que estes projetos vão trazer para o município?
- A CDU gostaria ainda de saber se existe uma previsão para o valor total das obras.

25.FEV 2019



Estas são questões que a CDU considera legítimas e importantes, como tal, e na ausência de respostas para as mesmas, a posição da CDU será ~~a abstenção~~ nestes dois pontos.

CONTRA

Modelo

Gondomar, 25 de fevereiro de 2019

Os eleitos da CDU



Cecília Branca Natália Silva

Cristina Coelho



25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- **f) Aquisição de serviços de revisão oficial de contas (Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas) - Nomeação do auditor externo** -----

----- VEREADOR DR. CARLOS BRÁS – A indicação do Revisor Oficial de Contas deve ser feita pela Assembleia Municipal, porque é a instituição que acompanha e fiscaliza as contas do município, portanto compete à Assembleia Municipal indicar o Revisor Oficial de Contas. A proposta que aqui está, tem algumas alterações relativamente às anteriores, nomeadamente no que toca à duração, optamos por fazer um contrato por três anos e tem também a indicação das instituições que foram consultadas e a opção é a do preço mais favorável para o município. -----

----- VITOR GUERRA (VALENTIM) – Foi por consulta pública, ou por concurso público? -----

----- VEREADOR DR. CARLOS BRÁS – Foi por consulta a três entidades. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 3 abstenções do Grupo Municipal VALENTIM. ---

----- **g) Mapa dos Fluxos de Caixa e Revisão Orçamental** -----

----- VEREADOR DR. CARLOS BRÁS – O que está aqui em causa é a primeira revisão orçamental e que se destina a fazer a integração do saldo de gerência do exercício anterior. Normalmente esta integração do saldo é feita na revisão em abril, após a votação das contas de gerência, este ano optamos por fazer mais cedo, é possível, legalmente não há nenhum inconveniente porque está aprovado o mapa de fluxos de caixa que é um valor inalterável, fechado a 31 de dezembro. O valor que aqui está é o saldo da gerência do ano anterior que caso seja aprovada, se integra no orçamento de 2019, encontram também as rubricas que são reforçadas, que são designadamente a aquisição de terrenos. -----

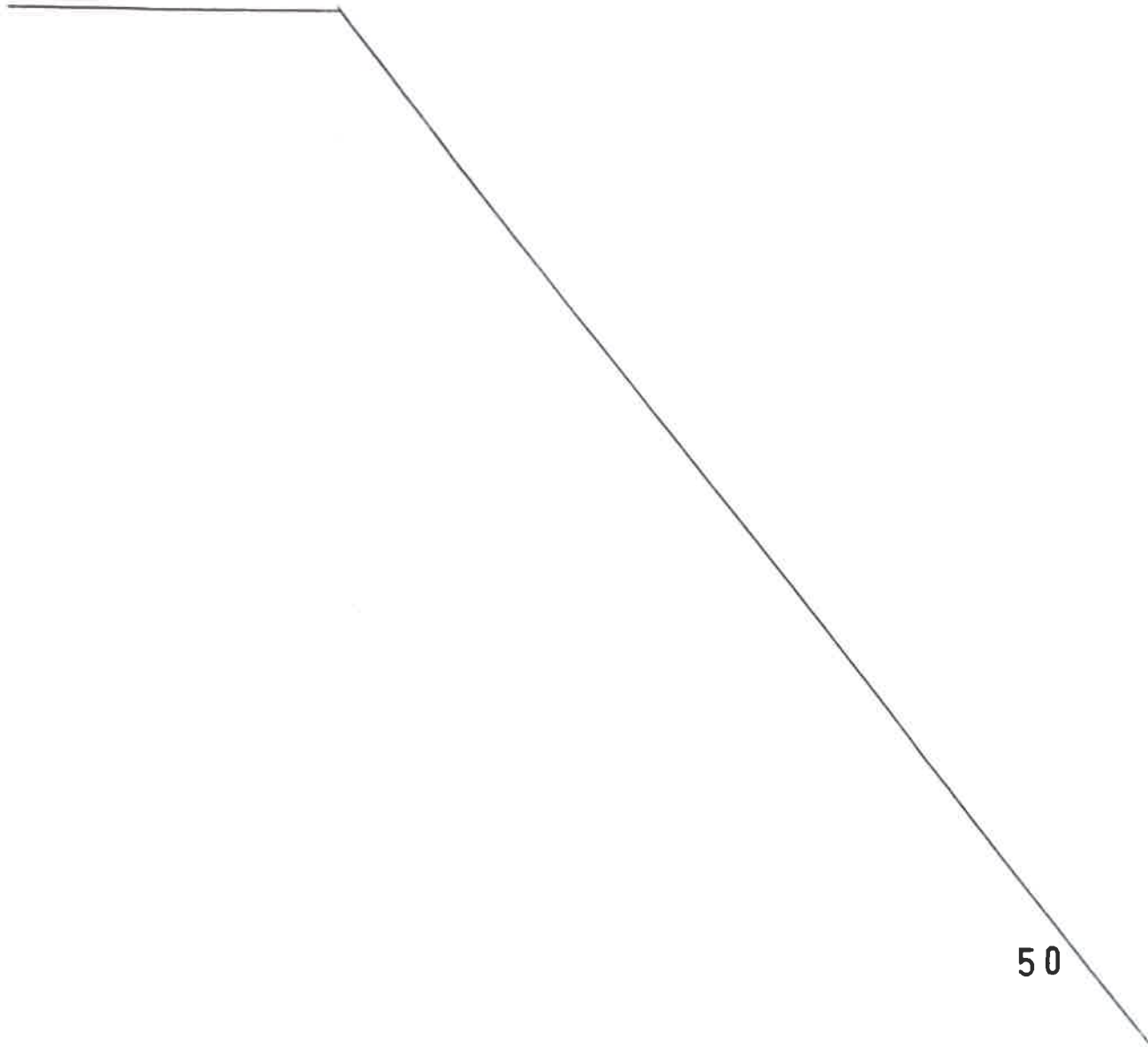
25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Percebemos que a Câmara com esta revisão orçamental pretende fazer a integração do saldo de gerência de dois mil e dezoito, no entanto penso que o saldo não foi completamente integrado, há ainda cerca de oitenta e três mil euros que não foram integrados, esta revisão não está devidamente retificada. Também percebemos que a maior parte deste saldo é afeto a rubricas com compras de terrenos, no entanto lamentamos que na fundamentação desta revisão orçamental não se esclareça os deputados municipais destas opções, não temos nada a opor desde que nos expliquem. -----

----- FERNANDO ALÍCIO (PS) - Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----



Proposta Câmara Municipal

25.FEV 2019

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal - *S. Secretário*

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Vereadores

Srs. Deputados Municipais.

"É Público em Geral"

De acordo com o regime Jurídico das autarquias Locais compete a Assembleia Municipal, por proposta do executivo da Câmara Municipal.

Aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como as respetivas Revisões Orçamentais, assim como a norma de controlo interno.

O atual executivo da Câmara Municipal ao apresentar esta proposta, no início do exercício orçamental de 2019, é reveladora da importância que este executivo atribui ao rigor do controlo orçamental e às contas, contribuindo assim para uma gestão de transparência financeira do Município.

Assim o PS irá votar favoravelmente esta proposta.

*Falo pelo Parlamento do P.S.
Leandro de Barros
Fernando Cerqueira*

25.FEV 2019

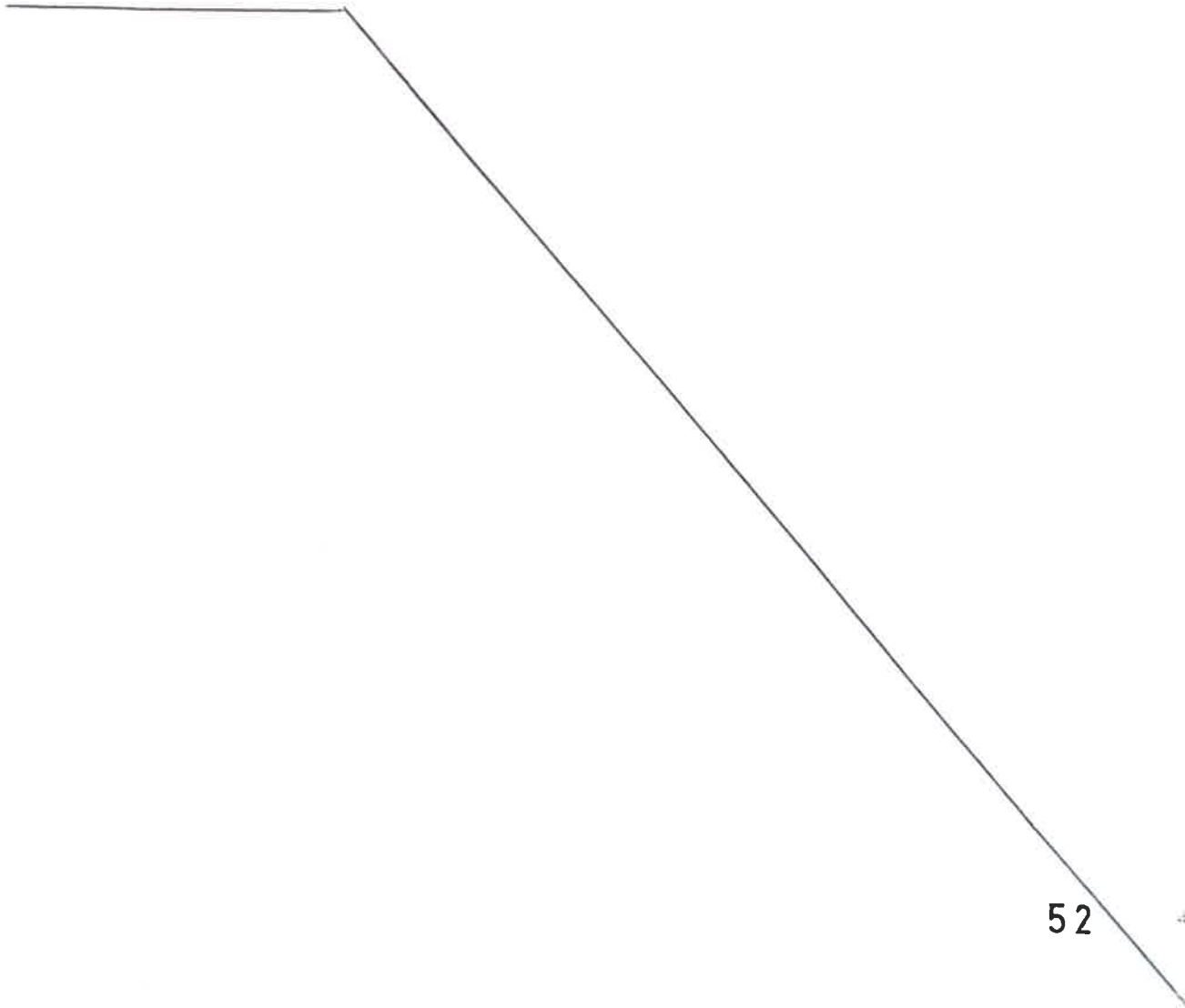


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VEREADOR DR. CARLOS BRÁS – Senhora Deputada Olinda, há um princípio fundamental que é o da não consignação da receita, o que significa que não podemos alocar nenhuma receita a um fim específico, não poderei dizer se esta rubrica vai ser consumida num parque urbano, numa expropriação de um arruamento, tem de ser em abstrato, é na aquisição de terreno, não sabemos em qual vai ser. Relativamente ao valor, ele está todo integrado, conforme se vê na página número dois. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 5 votos contra da CDU, 12 abstenções (5 VALENTIM + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP). -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue.



25.FEV 2019



DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto 3 g) da OT – Mapa dos Fluxos de Caixa e Revisão Orçamental

menos A proposta em apreço permite-nos perceber, mesmo antes da apresentação a este Órgão do Relatório e Contas de Gerência, que o Orçamento de 2018 obteve uma execução ^{de} com um diferencial negativo de cerca de 10 milhões de euros em relação à previsão, o que nos leva a adivinhar o que poderá acontecer com o orçamento deste ano, superior em cerca de 6 milhões ao do ano passado...


Na proposta de revisão orçamental agora apresentada é integrada a quase totalidade do saldo da gerência de 2018 (menos cerca de 83 mil euros), destinando-se a maior fatia para aquisição de terrenos.

Mas sobre isto, a proposta não apresenta a esta Assembleia qualquer informação fundamentadora destas opções de gestão como seria normal fazer-se, no respeito pelo estatuto político e não técnico dos deputados municipais.

Por esta razão, a CDU vota **CONTRA**.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2019

O Grupo Municipal da CDU,


Pedro Miguel Vieira
Cecília Brancato
Cristina Coelho

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- h) **Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno sita na Travessa do Pinheiro Manso, em Foz do Sousa** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 7 abstenções (5 CDU + 2 BE). -----

----- i) **Terrenos – Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita na Rua Campo da Roda, em Fânzeres** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 12 abstenções (5 CDU + 4 PSD +2 BE + 1 CDS-PP). -----

----- **4. Conselho Cinegético Municipal de Gondomar – Eleição de um autarca de Freguesia**

----- Foram apresentadas duas propostas: Pelo Grupo Municipal do PS designada por lista “A”, que indica o Senhor Manuel José Santos Paiva, Presidente da Junta de Freguesia da U.F. de Melres e Medas e pelo Grupo Municipal da CDU designada por lista “B” que indica o Senhor Pedro Miguel Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova, que adiante seguem. -----

----- VOTAÇÃO: Eleito o Senhor: **Manuel José Santos Paiva**, Presidente da Junta de Freguesia da UF de Melres e Medas, com 6 votos em branco; lista “A” 21 votos; lista “B” 11 votos. -----

25.FEV 2019

PROPOSTA**Ponto 4 da OT – CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE GONDOMAR – ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA**

De acordo com o pedido decorrente da deliberação para a constituição do CCCFM, a CDU propõe que o autarca das freguesias com áreas de caça a determinar pela Assembleia Municipal de Gondomar seja o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, **Pedro Miguel Vieira**.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2019

O Grupo Municipal da CDU,

Pedro Miguel Vieira

Leonor Ribeiro da Silva

Cristina Coelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- **5. Associação Nacional de Assembleias Municipais – ANAM** -----

----- A pedido do Senhor Presidente da Mesa e aceite por todos os membros, o assunto foi retirado. -----

----- **6. Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto – Plano de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento de 2019 – Para conhecimento** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Dar nota daquilo que é o nosso, o vosso papel na história. De facto esta Associação de Municípios que vai fazer quatro anos, tem vindo a ser um sucesso, para já não tem recursos humanos, trabalha apenas com trabalho voluntário de autarcas, técnicos e funcionários das câmaras, que tem dado passos e tem dado provas dadas. Como é o regulamento de gestão para o plano de participação, é um projecto que precisará de vinte a trinta anos para ficar implementado e que nos deve orgulhar a todos. É um projeto que não é nosso, é da região do Porto e que é a maior faixa verde metropolitana e há um conjunto de ações, de projetos a serem dados, que no futuro vão-se repercutir à geração seguinte. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Da leitura que a CDU fez deste documento, queremos deixar aqui algumas observações. Quero deixar claro que é uma questão que é muito cara à CDU, há muitos anos já a CDU falava no aproveitamento das serras de Gondomar. É com grande gosto que existe alguma coisa a ser feita, mas também não nos podemos deixar enganar, achar que com 170 mil euros anuais, se pode transformar esta grande mancha verde que é de âmbito metropolitano, podermos transformar isto nalguma coisa de concreto, é sermos um bocadinho pouco sérios. No orçamento deste ano, dos cento e setenta mil,

25.FEV 2019



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

quarenta e sete mil vão para a equipa de três funcionários que se vai criar, para pagar só meio ano, só começa no segundo semestre. Dá realmente para sinalizar, dá para fazer publicidade, mas em termos concretos, de criar alí dinâmicas que transformem aquela zona verde em alguma coisa de valor, acho difícil com este dinheiro. Uma coisa que para a CDU nos deixa alguma tristeza, é que sendo o Concelho de Gondomar aquele que detem a maior área do parque, não consigo entender como é que o Senhor Presidente deixe que a sede desta Associação vá para Valongo, é pena que Gondomar mais uma vez não tenha estado mais presente nas opções do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **7. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (dezembro de 2018 e janeiro de 2019).** -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **C) PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

----- Intervieram os Senhores munícipes: -----

----- José Manuel Correia – Morador em Rio Tinto – Fez uma intervenção, sobre vários assuntos. -----

----- Pedro Aleixo – Morador no Conjunto Habitacional da Gandra, em S. Pedro da Cova, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para quando as obras de requalificação, naquele conjunto habitacional. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- Adérito Machado – Morador em Rio Tinto, colocou várias questões relacionadas com os transportes públicos. -----

----- Adelino Ramos – Morador em Gondomar (S. Cosme), referiu-se à falta de iluminação na entrada dos blocos no Conjunto Habitacional do Monte Crasto, na Rua Padre Augusto Maia, após instalação de novos candeeiros. -----

----- Maria Adelaide Vieira – Moradora em Rio Tinto, referiu-se às más condições na sua habitação, no Conjunto Habitacional na Rua 25 de abril. -----

----- Vitor Manuel – Morador no Conjunto Habitacional das Areias, Rio Tinto, sobre o aumento das rendas. -----

----- Arminda Teixeira - Moradora no Conjunto Habitacional das Areias, Rio Tinto, sobre o aumento das rendas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas. -----

----- A sessão foi encerrada 1 hora, do dia 26 de fevereiro de 2019. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A TÉCNICA SUPERIOR,

Do Rio Tinto